DIÁLOGOS SOBRE

ANTIGA, MEDIEVAL E MODERNA

Coletânea Diálogos sobre História

Volume 04

Nathany A. W. Belmaia; Cassio H. dos S. Amador;

Roberta Bentes; Otávio L. V. Pinto

(Organizadores)

1a. edição

Coletânea Diálogos sobre História

Volume 04

Setor de Ciências Humanas,

2024.

Reitor:
Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

Vice- reitora:
Profa. Dra. Graciela Ines Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:
Prof. Dr. Rodrigo Arantes Reis

Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional:
Prof. Dr. Julio Gomes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça

Diretor do Setor de Ciências Humanas:
Prof. Dr. João Frederico Rickli

Coordenadora do curso de História:
Profa. Dra. Roseli Boschilia

Vice-coordenador do curso de História:
Prof. Dr. Marcos Gonçalves

Secretária:
Luiza Rubini Soffiatti

Coordenador do curso de História e Imagem:
Prof. Dr. Pedro Plaza Pinto

Vice-Coordenadora do curso de História e Imagem:
Profa. Dra. Rosane Kaminski

Secretário:
Fernando de Oliveira Gonçalves

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História:
Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins

Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História:
Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva

Secretária do Programa de Pós-Graduação em História:
Maria Cristina Parzwski

Diálogos sobre História Antiga, Medieval e Moderna (Coletânea Diálogos sobre História, volume 04)

1a. Edição

Arte da capa e projeto gráfico: Nathany A. W. Belmaia (Canva)

Diagramação e editoração: Cassio H. dos S. Amador; Nathany A. W. Belmaia;

Organizadores: Nathany A. W. Belmaia; Cassio H. dos S. Amador; Roberta Bentes; Otávio L. V. Pinto

Catalogação na publicação

Universidade Federal do Paraná - Biblioteca de Ciências Humanas

D536 Diálogos sobre história [recurso eletrônico] : antiga, medieval e moderna. / Organizadores: Nathany A. W. Belmaia ...[et.al.]. – Curitiba : Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, 2024.
1 recurso online : PDF. – (Coletânea Diálogos sobre História; v. 04).

e-ISBN 978-65-5458-239-1

1. História – Estudo e ensino. 2. História antiga. 3. Idade média. 4. História moderna. I. Belmaia, Nathany Andrea Wagenheimer. II. Universidade Federal do Paraná. III. Setor de Ciências Humanas. IV. Título.

CDD – 907

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9ª/1607

Predação marítima na Idade Moderna: conceitos e perspectivas

Maritime predation in the Modern Age: concepts and perspectives

Camila Acosta Queiroz[1]
Eduardo Sartoretto[2]
Hugo André Flores Fernandes Araújo[3]

Resumo

Este capítulo é fruto das reflexões, conceitos, e debates sobre predação marítima apresentados no minicurso *Predação marítima na Idade moderna: perspectivas históricas e possibilidades de pesquisa,* ministrado no III Diálogos sobre a História (2023), promovido pela UFPR. O texto tem como principal objeto apresentar as reflexões em torno da temática da predação marítima no Atlântico entre os séculos XVI e XIX. Buscamos apresentar um panorama sobre o fenômeno da predação marítima, abrangendo diferentes recortes espaciais e temporais, possibilidades conceituais e documentais e balizas historiográficas. Especialmente, utilizamos as ideias de

[1]Mestranda, PPGH-UFSM, bolsista CAPES, camilaacosta1901@gmail.com.
[2]Doutorando, Anthropos Doctoral School (Polônia), bolsa de doutorado National Science Centre (NCN), sartorettoeduardo@gmail.com.
[3]Doutor, PPGH-UFSM, bolsa de pós-doutorado CNPq/ FAPERGS, hugoaffa@hotmail.com.

David Armitage (2014), Lauren Benton (2010), Amélia Polónia (2014; 2017), Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008), David Head (2015) e Andrés Ulpiano Bajatta (2018). Desse modo, o texto é dividido em três seções que abrangem diferentes recortes cronológicos, espaciais e temáticos. A primeira apresenta explora o conceito de agentes informais e relaciona o papel desses sujeitos na construção imperial no Atlântico Sul e na América Portuguesa dos séculos XVI e XVII; a segunda traz ênfase na literatura sobre a Era de ouro da pirataria, séculos XVII e XVIII, no Atlântico Norte e no mar do Caribe; e por fim, abordamos a predação marítima e atuação dos corsários durante os conflitos e revoluções, no Atlântico, entre o fim do século XVIII e início do XIX.

Palavras-chave: Predação marítima; Corsários; Piratas.

Abstract

This chapter presents the reflections, concepts, and debates on maritime predation presented at the mini-course Predação marítima na Idade moderna: perspectivas históricas e possibilidades de pesquisa, given at the III Diálogos sobre a História (2023), promoted by UFPR. The chapter's goal is to present reflections on the theme of maritime predation in the Atlantic between the 16th and 19th centuries. We seek to develop a panorama about maritime predation, covering different spatial and temporal contexts, conceptual and documentary possibilities, and historiographical frameworks. In particular, we use the ideas of David

Armitage (2014), Lauren Benton (2010), Amélia Polónia (2014; 2017), Peter Linebaugh and Marcus Rediker (2008), David Head (2015) and Andrés Ulpiano Bajatta (2018). The organization of the chapter is in three sections covering different chronological, spatial, and thematic sections. The first explores the concept of informal agents and relates the role of these subjects in imperial construction in the South Atlantic and Portuguese America in the 16th and 17th centuries; the second focuses on the literature on the Golden Age of Piracy in the 17th and 18th centuries, covering the North Atlantic and the Caribbean Sea; and the final section, address maritime predation and the role of privateering during the Age of Revolutions in the Atlantic between the late 18th and early 19th centuries.

Keywords: Maritime predation; Privateers; Pirates.

Predação marítima na Idade Moderna: conceitos e perspectivas

Camila Acosta Queiroz
Eduardo Sartoretto
Hugo André Flores Fernandes Araújo

Introdução[4]

Entendemos como *predação marítima* as ações que compreendem desde os ataques de piratas contra navios em alto mar (definição clássica de pirataria à luz direito marítimo internacional), bem como assaltos contra embarcações em águas (incluindo rios e portos) sob jurisdição de um Estado, também consideramos incursões costeiras, invasões e pilhagem realizados através de viagens marítimas, e ainda formas de corso e julgamento de presas sancionadas por algum Estado, praticadas em tempos de guerra ou de paz. (AMIRELL, MÜLLER, 2014. p. 2) Esse tipo de relação inter-estatal foi o que deu origem às primeiras noções de um direito internacional, e por consequência, favoreceu a normatização política e legal que buscava controlar a atividades dos corsários, punir os piratas e garantir direitos e interesses dos grupos comerciais. (KEMPE, 2010, p. 353-372) Para Lauren Benton esse processo se deve à compreensão coeva da vinculação legal entre navios e soberanos, o que

[4] Esse trabalho apresenta resultados parciais do projeto Encontros piratas: base de dados online sobre a predação marítima no Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII), que conta com financiamento do edital FAPERGS/CNPq 07/2022.

fundamentava reivindicações jurisdicionais nos espaços oceânicos. As decisões a respeito da vigilância de rotas e portos formava corredores de soberanias nas pistas marítimas, o que implica pensar o oceano Atlântico não como mar aberto ou fechado, mas como uma massa de água fortemente disputada. (BENTON, 2010, p. 111)

A historiografia estrangeira aponta como o processo de pilhagem e espoliação foi essencial na formação de impérios como o Inglês, Holandês e o Francês.[5] Os estudos culturais acerca da pirataria tiveram grande importância em capturar uma miríade de imagens acerca desses sujeitos, ora como radicais políticos ou sexuais, ora como interceptadores e desestabilizadores de redes de intercâmbio econômico e cultural, ou ainda como atores-chave, embora muitas vezes não reconhecidos, na formação do Império. (JOWITT, 2004)

O capítulo está organizado em três tópicos que buscam apresentar conceitos e perspectivas correntes para o estudo da predação marítima na Era Moderna. O primeiro tópico apresenta uma reflexão conceitual sobre o papel de agentes informais na formação do Império Português no Atlântico Sul. O segundo tópico apresenta uma reflexão sobre as particularidades da documentação produzida na Era de Ouro da Pirataria, ocorrida principalmente no Caribe e no Atlântico Norte, bem como considerações sobre estudos culturais e de gênero em torno da temática. O terceiro e último tópico apresenta uma análise sobre as perspectivas acerca dos corsários durante a Era das Revoluções do Atlântico.

---

[5] PAQUETTE, 2019; ANTUNES; MÜNCH; SALVADO, 2018; HANNA, 2015.

1. Os agentes informais e a predação marítima

Na última década a historiografia vem reavaliando os meios empregados pelos impérios coloniais para assegurar a governabilidade e a conservação dos territórios ultramarinos. Muito se discutiu acerca do papel dos vínculos estabelecidos entre os súditos no ultramar e os conselhos da coroa[6], seja através de redes governativas ou através de circuitos de comunicação política[7]. Contudo, o papel dos agentes informais nas políticas de defesa e conservação do território segue como uma dimensão pouco explorada, sobretudo no caso da América portuguesa.

Consideramos pioneiros os trabalhos de Alida Metcalf e Amélia Polónia que destacaram como intermediários (*go-betweens*) e agentes informais foram essenciais para a coroa portuguesa no processo de colonização e construção imperial ao longo do século XVI.

Metcalf (2005) define o intermediário como parte de um contexto histórico e antropológico mais amplo, categorizando-os em três tipos: *físicos/biológicos*: os que materializam vínculos entre os mundos, transportando doenças, flora e fauna (marinheiros, colonos,

[6] Destacamos as duas principais coletâneas lançadas no Brasil sobre o tema: Cf. ALMEIDA, 2019; FRAGOSO; MONTEIRO, 2017.

[7] Os principais trabalhos que se concentraram na análise da comunicação política dos governadores-gerais e dos governadores de Pernambuco são resultados de teses recentes: *Cf.* ARAÚJO, 2018; CURVELO, 2019.

escravizados e indígenas); *transacionais*: os que facilitaram a comunicação e as interações sociais entre os mundos (tradutores, negociadores, degredados e mestiços) e, por fim, os *representacionais*: todos aqueles que escreveram, desenharam mapas e representaram a cultura do “outros nesses vários suportes (cronistas, viajantes, pintores, cartógrafos). Para Metcalf esses atores foram essenciais para assegurar que os encontros esporádicos na costa entre portugueses e indígenas na América portuguesa se convertessem em relações duradouras, mediadas por intermediários que transitavam entre os dois mundos, traduzindo o que cada parte dizia durante uma troca comercial ou no estabelecimento de uma aliança. Em outro trabalho, Eve Duffy e Alida Metcalf ilustraram o papel central e as dinâmicas que permeavam os intermediários através da trajetória de Hans Staden no Brasil. Esse personagem transitou entre os dois mundos, ora como marinheiro, ora como prisioneiro dos indígenas, ora como intermediário transacional. (DUFFY, METCALF, 2012) Staden se envolveu na intrincada trama de tensões existente entre Tupinambás, Guaranis, Portugueses e Franceses procurando tirar vantagens e recuperar sua liberdade, como narrou em diversas passagens de seu relato. A trajetória de Staden se confunde com o contexto da predação marítima do século XVI no qual a costa do Brasil era frequentada por corsários franceses que buscavam estabelecer alianças com grupos indígenas e criar colônias na costa do Atlântico Sul.

Amélia Polónia por sua vez destaca que a Coroa portuguesa dependia muito da cooperação de particulares, fossem eles europeus, asiáticos, africanos e

ameríndios, para assegurar o estabelecimento das suas relações imperiais. Diante a falta de pessoal e recursos para empreender a construção imperial, a coroa Portuguesa encorajou a participação de grupos privados concedendo direitos e privilégios. (POLÓNIA, ANTUNES, 2017) Nesse sentido, as comunidades marítimas e os marinheiros foram imprescindíveis para o estabelecimento das rotas comerciais que materializaram o império português. (POLÓNIA, 2015) Além disso, a coroa transferia os encargos de defesa para esses grupos, pois

> Mesmo para se protegerem de ataques de corsários, as comunidades marítimas portuguesas tinham que prover à sua própria defesa, dependendo de contributos individuais a constituição de uma frota de vigilância da costa e a implementação de um sistema de informação capaz de alertar em caso de aproximação de frotas suspeitas e permitir a organização da fuga ou da defesa. (POLÓNIA; BARROS, 2012, p. 29-30)

Por um prisma semelhante, Gabriel de Avilez Rocha (2016) destacou o papel da predação marítima conduzida por agentes oficiais e informais na dinâmica de colonização dos arquipélagos no Atlântico Ibérico. Rocha enfatiza como o saque, a pilhagem e a escravização foram práticas mobilizadas na luta pelos bens comuns do Atlântico (pesca, caça, pecuária, extração vegetal) moldando atitudes individuais e procedimentos oficiais definidores da construção imperial que teve lugar durante a primeira modernidade.

Uma série de trabalhos tem apontado como agentes comuns, ou subalternos, se relacionavam com o universo da predação marítima. Richard Blakemore demonstrou em trabalho recente, os marinheiros eram os elos que davam movimento às cadeias de commodities (*commodity chains*), e sem estes o comércio global e as conexões imperiais não seriam possíveis. E por essa razão, os impérios coloniais atuaram

> não apenas controlar territórios coloniais, populações e recursos, mas também controlar este movimento, especialmente o movimento por mar, como mostrado nos esforços dos governantes para controlar rotas de comércio e pelas disputas legais sobre a soberania marítima que ocorreram ao longo do século XVII e contribuíram para o surgimento do direito internacional". (Tradução livre de BLAKEMORE, 2023, p.85-86)

Além disso Blakemore também destaca como esses agentes transitavam entre a legalidade e a ilegalidade da predação marítima, uma vez que a concessão de autorizações para o corso "abria um novo ângulo para o ganho econômico potencial dos marinheiros, não apenas por meio das cotas que recebiam em vez de salários nessas viagens, mas também pelo costume da 'pilhagem'", o que poderia ser redirecionado através de contrabando por essas redes que operavam nas margens da autoridade imperial. (BLAKEMORE, 2023, p.102)

Arne Bialuschewski destacou em seu livro que os bucaneiros e os piratas que operavam no Caribe frequentemente o faziam em regiões que eram

controladas por indígenas, e que considerar isso é essencial para compreender como esses povos criaram relações interculturais com a pirataria, em algumas situações participando das operações de saque, em outras ajudando a repelir os invasores. (BIALUSCHEWSKI, 2022)

Escravos pescadores e mergulhadores também eram figuras essenciais no cotidiano das comunidades marítimas, como apontou Kevin Dawson. O domínio de conhecimentos ligados ao mar distinguia grupos e etnias no tráfico atlântico, que eram valorizados e procurados por senhores de determinadas regiões, interessados em atividades relacionadas à pesca e coleta de pérolas, e ocasionalmente na recuperação de cargas submersas em naufrágios. Os indivíduos que detinham essas habilidades de nado e mergulho eram submetidos a rotinas exaustivas trabalho e estavam expostos à toda a sorte de perigos relacionados ao mergulho (afogamentos, doenças, ataques de tubarão), e em alguns casos eram sequestrados por piratas que pretendiam usar essas habilidades em suas operações. (DAWSON, 2006)

A análise das políticas de defesa no Estado do Brasil revela bastante acerca do papel dos agentes informais na construção imperial. Esse processo era descontínuo, variável é marcado por ações de cooperação e oposição. Demonstramos em outro trabalho (ARAÚJO, No prelo A) como a combinação de políticas dirigidas pela coroa e da mobilização de recursos locais foram os pilares das defesa costeira contra os ataques de piratas e corsários. Nesse sentido, indígenas, pescadores e marinheiros possuíam um papel ativo nas dinâmicas de defesa, seja se engajando nas práticas de vigilância e

comunicação a partir das atalaias e vigias costeiras, seja participando das expedições guarda-costa, organizadas com recursos de mercadores e das câmaras municipais para combater invasores estrangeiros (ARAÚJO, No prelo B).

Ressaltamos também como as relações interculturais entre indígenas e estrangeiros foram centrais para as práticas de predação marítima (ARAÚJO, No prelo C). As alianças entre indígenas das capitanias do norte, corsários neerlandeses e piratas foram elementos de oposição ao processo de construção imperial implementado nos sertões das capitanias do Ceará e do Rio Grande na segunda metade do século XVII. Através dessas interações os indígenas obtinham armas de fogo, pólvora e ferramentas para resistir a ação dos portugueses, ao passo que os piratas e corsários conseguiam obter produtos coloniais (pau-brasil, jacarandá) e informações que auxiliaram nas suas incursões em terra e nas capturas em alto mar.

Portanto, buscamos apresentar como a história da predação marítima pode ser observada a partir das ações desses agentes informais, e que ao adotar essa perspectiva novas dinâmicas podem ser observadas convidando os pesquisadores a repensar a história da construção imperial vista de baixo. (REDIKER, 2022)

2. A Era de Ouro da Pirataria: particularidades documentais e direcionamentos historiográficos (Atlântico norte e Caribe, séculos XVII e XVIII)

É fato que os piratas caribenhos do século XVII despertam atenção do público e ganham destaque na mídia. Além de representar uma temática enriquecedora para a indústria do entretenimento, como a franquia Piratas do Caribe (Estúdios Disney), o videogame *"Assassin's Creed IV: Black Flag"* (2013) e a recente série televisiva *Our flag means death* (2023), a Era de Ouro da pirataria constitui um campo de discussão com diversas possibilidades de desdobramentos e peculiaridades documentais para a historiografia. Assim, esta sessão se detém a abordar os grupos de piratas que atuaram na região do Caribe entre os séculos XVII e XVIII. Especificamente, trazemos ênfase as particularidades da literatura sobre pirataria produzida concomitantemente a Era dourada, bem como suas potencialidades e balizas enquanto documento histórico.

Entre os séculos XVII e XVIII, navios mercantes carregados de milho, batatas, açúcar, tabaco, ouro e prata navegavam das Américas em direção aos portos da península ibérica e da costa africana. Ao retornarem, traziam consigo trabalhadores, manufaturas, cereais, ovelhas e gado, estabelecendo assim um sistema de viagens cíclicas (BETHELL, 1999, p. 45). Dessa forma, observa-se a relevância dos portos caribenhos e mexicanos para despachar e receber mercadorias que

fluíam através desse circuito comercial. Os centros demográficos, agrícolas e mineiros da hispanoamérica, portanto, necessitavam estar conectados de forma segura e rápida à península. (BETHELL, 1999, P. 54) Bethell aponta:

> Assim, tanto [México quanto Lima] precisavam de um porto no Caribe. O México, o antigo Tenochtitlán, estava ligado à Espanha por Veracruz e sua baía em San Juan de Ulúa, perto do local onde Cortez e seu grupo haviam desembarcado. Era, desde logo, o ponto mais adequado com uma baía perto da cidade de México. Lima e seu porto de El Callao estavam ligados ao Caribe e a Sevilha pelo istmo do Panamá. (BETHELL, 1999, P. 54, tradução nossa)[8]

Após o processo inicial de conquista e colonização espanhola, a região que compreende o golfo do México e as ilhas caribenhas se tornou uma importante zona de defesa do Império espanhol na América. Nesse processo, essa região se tornou um alvo para saques de piratas, corsários e bucaneiros[9], grupos

---

[8] No original: *"Así, ambos [méxico e lima] necessitaban un puerto en el Caribe México, la antigua Tenochtitlán, estaba conectada a España por Veracruz y su bahia en San Juan de Ulúa, cerca del lugar donde Cortés y su grupo habían desenbarcado. Era, desde luego, el punto con bahia más adecuado que havia cerca de la Ciudad de México. Lima y su puerto de El Callao de conectaban con el Caribe y Sevilla por el istmo de Panama"* (BETHELL, 1999, P. 54).

[9] Para além dos piratas, outros grupos semelhantes atuavam na região do Caribe, os chamados bucaneiros e flibusteiros (PÉREZ, 2007, P. 54). A primeira nomenclatura é derivada da palavra "*bucan*", um

majoritariamente compostos por sujeitos que já haviam trabalhado nas marinhas oficiais (LINEBAUGH, REDIKER, 2008). Dessa maneira, os piratas contavam com sua experiência e conhecimentos em navegação e ocupavam posições estratégicas para o saque. A região caribenha, por concentrar diferentes rotas de circulação e escoamento de produtos, se encontrava geograficamente favorável a investidas e saques (BETHELL, 1999, P. 54). Esse conjunto de fatores alimentou a alta incidência de predação nessa região. Tortuga, uma ilha pertencente ao atual Haiti, foi uma das peças-chave para as rotas dos piratas. A ilha era caracterizada por autores da época como "a praça de refúgio de todos os tipos de males, e o seminário de tal tipo de ladrões.". (EXQUEMELIN, 1681, P. 97, tradução nossa)[10]

Joana Von Gareis Grafestein (2006, P. 114) indica que a pirataria fomentou intensamente o comércio local. A vida econômica na Jamaica nesse período, por exemplo, dependia excessivamente da pirataria em função de que os butins eram comercializados a nível local. A autora pontua: "após cada expedição, os piratas voltavam em meio a aplausos gerais a Port Royal, onde o comércio local era estimulado e a colônia abastecida com

---

instrumento utilizado na cocção e preservação da carne, uma técnica empregada por caçadores de bovídeos da América Central (PÉREZ, 2007, P. 54). A segunda se refere ao termo holandês *Vrij Buiter*, ou "o que vai à captura do butim". Eram aqueles que saqueavam de forma independente na região das Antilhas (PÉREZ, 2007, P. 54).

[10] No original: "*[...] la plaza del refugio de toda suerte de maldades, y seminario de tal especie de Ladrones*" (EXQUEMELIN, 1681, P. 97).

todos os tipos de mercadorias.”. (GRAFESTEIN, 2006, P. 114, tradução nossa)[11]

A incidência de ataques foi registrada na literatura do período e deu origem ao título de *Era de Ouro da pirataria*.[12] O termo se refere, em resumo, ao período no qual piratas, bucaneiros e flibusteiros acentuaram sua atuação no Atlântico e que foi documentado nas obras literárias do período. Como pontua Sara Ganser (2020, p. 5), as narrativas sobre piratas ilustravam as tensões entre normas jurídicas e jurisdicionais e os agentes informais, entre a lei escrita e a prática cotidiana e as disputas entre as forças de diferentes impérios.

Nesse contexto de tensão, os grupos piratas se multiplicavam pelo Atlântico no século XVII, suas ações em terra e mar se tornaram notícia e despertaram a curiosidade do público. (COSTA, 2016, P. 11) As

---

[11] No original: “*Después de cada expedición los piratas regresaban en medio de aplauso general a Port Royal, donde lo comercio local se veía estimulado y la colonia abastecida de todo tipo de bienes*” (GRAFESTEIN, 2006, P. 114).

[12] Cabe destacar que a pirataria na América não se limita aos ataques às colônias espanholas. Alírio Cardoso (2014) em seu artigo *Un Piccolo Pataccio Al Rio Dell’amazzoni”: European Piracy And Italian Projects On Amazon At The Time Of The Hispanic Monarchy* ou ainda o compilado de relatos contidos na obra Ingleses no Brasil (2020) destacam a ação de piratas e corsários nas regiões de domínio luso na América. O Estado do Maranhão em torno de 1621 (já independente do Estado do Brasil) era um alvo privilegiado da pirataria internacional, por se localizar próximo à rota da prata castelhana. (CARDOSO, 2014, P. 180) Além disso, Bahia e Recife também foram alvo da ação de ataques corsários ao longo do século XVI. Todavia, parte dessas ameaças não partiam de forças proletárias, mas sim representavam estratégias de impérios a fim de prejudicar a economia de suas nações inimigas.

impressões, relatos e mensagens trazidas pelos marinheiros que atravessavam o oceano foram cruciais para a ressonância das novidades da América. Antonio Castillo Gómez defende que os mais diversos documentos escritos tinham suas informações pulverizadas pelas cidades da Espanha moderna, seja lidos em particular ou declamados nas ruas e praças, os sonetos, relatos, decretos, pasquins operavam como difusores e construtores de ideias: "Graças às tecnologias da palavra, o trânsito de notícias se transformou num dos fenômenos mais característicos das cidades áureas, pelo menos as mais populosas". (CASTILLO-GÓMEZ, 2014, P. 124)

Ideias, notícias e relatos sobre a América e sobre aqueles que cometiam crimes nos mares do caribe circulavam pela Europa do XVII por diferentes meios. Aqui trazemos ênfase a duas obras: *De Americænsche Zee-Roovers* (1678), de Alexander Oliver Exquemelin e *General History of the Pyrates* (1724), assinada pelo Capitão Charles Johnson. Na primeira obra, Exquemelin relata suas experiências desde sua chegada a Tortuga em 1666 como contratado pela Companhia Francesa das Índias Ocidentais, até sua transformação em cirurgião e subsequente ingresso na pirataria por volta de 1668, quando serviu como cirurgião nas tripulações dos piratas Francisco Lolonois e Juan Morgan. Já a obra de Johnson conta um conjunto de histórias de piratas notórios que atuaram no Atlântico durante Era de Ouro da Pirataria, desde seu ingresso no crime até suas condenações, o que inclui as histórias de Barba Negra (Edward Teach), Bartholomew Roberts e as piratas mulheres Anne Bonny e Mary Read, por exemplo.

Antoine Baehler (2018, P. 27) observa o interesse em uma nova dinâmica literária nesse período. O autor sustenta que o século XVII foi marcado pelo interesse em uma nova dinâmica literária não mais baseada em romances ficcionais. O interesse se direcionava, desta vez, a obras literárias que privilegiam "o verdadeiro", com narrativas adaptadas de diários, relatórios e relatos de viagens, por exemplo (BAEHLER, 2018, P. 27). A literatura sobre pirataria nos séculos XVII e XVIII, portanto, podem ser caracterizadas como um tipo de literatura criminal dramatizada, conforme o que propõe Andrés Ulpiano Bajatta (2018). Os mapas que Exquemelin apresentou ao primeiro editor holandês, John Hoorn, por exemplo, possuíam tal precisão que sequer necessitavam de alterações (OULLET, 2004, P. 54). Já Johnson (1724) se encarregou de munir sua obra com diferentes documentos oficiais e relatos, o que confere sua credibilidade perante o público. (COSTA, 2018)

Essas e outras publicações sobre a mesma temática, produzidas e editadas entre os séculos XVII e XVIII, foram fundamentais para a criação do pirata enquanto personagem, a partir de seus recursos ora dramatizados, ora realistas. Nesse cenário surge o conceito de *Pirata imaginário*, de Andrés Ulpiano Bajatta (2018). Esse conceito se refere a imagem de pirata que habita o imaginário comum até a contemporaneidade e que implica em um tipo de vestimentas e moral características. Dito de outra forma, trata-se do pirata classico: aquele que usa tapa olho, longos casacos, botas, chapéu e que performa um comportamento simultaneamente violento e cativante.

Grande parte dos elementos associados ao pirata imaginário têm origem em suas representações ficcionais, entretanto, uma parcela deriva de sua relação com o real e se ancora em práticas reais desses sujeitos (BAJATTA, 2018, P. 3). Trata-se, portanto, de um grupo social real sobre o qual a produção literária influenciou fortemente sua presença no imaginário popular a ponto de construir uma nova figura, com características próprias. Desse modo, se criou ficção e realidade passaram a ser elementos complementares que formaram uma figura e uma ideia de pirata (BAJATTA, 2018, P. 2-3). As descrições e narrativas apresentadas no primeiro conjunto de obras alimentaram a literatura sobre pirataria posterior, dando origem a obras como *O Conde de Monte Cristo* (1844), de Alexandre Dumas, e A *Ilha do Tesouro* (1883), de Robert Louis Stevenson. Hoje, grande parte dos produtos comerciais e culturais que utilizam a imagem do pirata se baseiam em ambas gerações literárias e alimentam, também, essa figura no imaginário comum.

Bajatta defende que para compreender a construção dessa ideia de pirata, é necessário analisá-lo simultaneamente como um fenômeno histórico e literário cuja construção na imaginação coletiva foi forjada a partir da soma de elementos da realidade factual com dramatizações e fantasias. Dessa maneira, embora não haja evidência concreta de que todas narrativas foram fiéis à realidade, a repercussão da obra certifica que elas ofereciam ao público uma ideia possível, na qual a opinião pública na época estava "preparada para acreditar.". (BAJATTA, 2018, P. 71)

Diante disso, a literatura sobre pirataria permite dois grandes tipos de pesquisa, o estudo da pirataria *na* literatura e o estudo sobre pirataria *através* da literatura. No primeiro caso, utiliza-se a literatura no sentido enquanto fonte direta, isto é, trabalha-se com informações que são imediatamente oferecidas pelo documento literário. (ARÓSTEGUI, 2006) Essa proposta busca compreender a imagem do pirata, suas representações, tradições editoriais e literárias, entre outros. Os trabalhos de Costa (2016), Bajatta (2018) e Ganser (2020) são exemplos desse tipo de estudo.

O segundo tipo engloba trabalhos como os de Linebaugh e Rediker (2008), Maxwell (1999), que utilizam a literatura enquanto fonte indireta, isto é, buscam compreender outros processos históricos por meio dessa fonte. (ARÓSTEGUI, 2006) Os objetivos desses trabalhos consistem em compreender as dinâmicas sociais que fizeram parte da pirataria moderna sem adentrar em uma análise literária ou que envolva questões dessa temática. Para isso, a literatura oferece informações indiretas para tais investigações.

Outro exemplo desse tipo de investigação são estudos buscam compreender as relações de gênero na pirataria moderna. O artigo *Como se fabrica um homem do mar? Considerações sobre as masculinidades no meio homossocial da pirataria moderna (séculos XVII e XVIII)* (QUEIROZ, 2023), por exemplo, se propõe compreender os grupos piratas que atuaram no Atlântico entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII a partir da ótica de gênero, utilizando *General History of the Pyrates* como fonte indireta. Através da análise de elementos do subtexto da obra, o artigo

demonstra como elementos como a violência e a habilidade no trabalho marítimo operaram como marcadores de masculinidade nesses grupos.

Desse modo, a literatura da Era dourada, exemplificada pelas obras de Exquemelin (1678) e Johnson (1724), desempenhou um papel crucial na construção da figura do pirata, amalgamando elementos reais e fantásticos. Essas narrativas não apenas refletiram as tensões sociais e disputas de poder da época, mas também contribuíram para moldar a imagem do pirata no imaginário popular. Assim, a Era de Ouro da pirataria não apenas abre caminhos para estudos do campo da história marítima e da história atlântica, mas também evidencia a interconexão entre a realidade histórica e as representações literárias, o que destaca a importância de abordagens que considerem as ambiguidades tanto da figura do pirata quanto da literatura do período.

3. Corsários, Piratas e Rebeldes: contextos e conceitos do período das Independências (séc. XVIII e XIX)

Quando pensamos em predação marítima, corsários e piratas, é provável que os períodos já abordados neste texto sejam muito mais frequentes em nossas mentes do que a virada do século XVIII para o século XIX. Isso pode ser justificado pelo enfoque historiográfico que é dado a este momento, como sendo uma era de mudanças políticas e sociais radicais, compreendida por Hobsbawn como a Era das Revoluções.

Todavia, mesmo durante esta época de agitação social e política, a predação marítima se fez presente e importante para a configuração das sociedades. Conforme apontado por Carlos Vidales (1990), ao estudar o caso da atuação dos corsários franceses nas guerras de independência da América hispânica, “Todas as guerras que eclodiram na região [a região banhada pelo Oceano Atlântico], ao longo do século XVIII e durante as primeiras décadas do XIX, foram feitas com a utilização do corso” (p. 247-248). Essa afirmação, pode ser justificada a partir do momento que compreendemos que o contexto belicoso exigia dos governos envolvidos muito mais do que eles próprios poderiam fazer, viabilizando a ocorrência de práticas de cunho predatório nas águas do Atlântico.

Nesta seção, buscaremos compreender um pouco mais sobre a atuação e as relações dos agentes marítimos corsários durante o período das revoluções. Para tanto, dividiremos nosso estudo em três momentos: uma breve análise do corso durante as Guerras Francesas; uma reflexão acerca da atuação corsária nas Guerras Anglo-Americanas; e, por fim, ponderaremos sobre a presença, estrutura e atuação de agentes corsários durante as Guerras de Independência da América hispânica.

Definida de maneira similar em alguns dicionários de termos e conceitos históricos, a atividade corsária, por muitas vezes, é vista em oposição à pirataria marítima. E, de certa forma, ela o é. Isso porque, enquanto a pirataria pode ser entendida como uma atividade predatória, organizada por particulares sem vínculos com governos e/ou autoridades, o corso, apesar de também caracterizar-se como uma atividade predatória

marítima, é patrocinado por Estados e/ou representantes político-administrativos; sendo, então, a legitimidade a maior diferença entre as práticas. (AZEVEDO, 2002. p. 128; SILVA; SILVA, 2009. p. 328-331) No entanto, para o período estudado, a essa definição, podem ser acrescentados outros elementos. Exploraremos estes elementos ao longo destas páginas.

Ao falar sobre a atuação dos corsários franceses, Secreto dividiu-a em três momentos: o período da Revolução Francesa; o período das Guerras Napoleônicas; e o momento de união dos franceses às hostes hispano-americanas. Esses períodos belicosos, foram responsáveis por uma maior difusão desses grupos como força de guerra na região norte do Atlântico, próximo às Antilhas e ao continente europeu; da mesma forma, a aproximação entre França e Espanha, por meio de tratados, permitiu aos corsários franceses o ingresso junto às hostes hispânicas, principalmente durante as Guerras Navais, que ocorreram entre 1796 e 1808[13]. (SECRETO, 2016; TREVIÑO, 2015) Isso porque, ao mesmo tempo que atuaram em prol de seus financiadores, os corsários franceses também acabaram

---

[13] Ficaram conhecidos como Guerras Navais os esforços empreendidos pela Coroa Espanhola, em parceria com as forças revolucionárias francesas, para a contenção da hegemonia política e econômica britânica sobre os mares, principalmente na região do Atlântico. Visando, principalmente, o retorno econômico e a manutenção de sua influência política nas regiões coloniais, "Durante las guerras navales el gobierno español buscó por cualquier medio mantener abiertos y seguros los intercambios ultramarinos, como parte de esta idea autorizó la apertura de dobles registros de carga", fato que pode ser verificado tanto no fortalecimento das armadas, já mencionado, quanto na contratação de corsários para o ataque de adversários e a proteção de navios comerciais.

por representar os interesses da França. Assim, conforme a autora, “O ciclo corsário das guerras napoleônicas ainda se estendeu até (con)fundir-se com o ciclo das independências”. (SECRETO, 2016, p. 436)

Os Estados Unidos, por sua vez, “tiveram sua idade de ouro no corso entre 1775 e 1815, ou seja, o período compreendido entre a sua independência e o fim das guerras napoleônicas”. (VIDALES, 1990, p. 251) Durante as Guerras de Independência dos Estados Unidos, em 1776, segundo o historiador Denver Brunsman (2018), visando desafiar a marinha britânica que, naquele momento, já era reconhecida como uma das maiores, melhores e mais fortes marinhas do mundo, “os Estados Unidos contrataram cerca de 800 navios corsários contra um punhado de embarcações navais reais”.(p. 12) Nesse cenário, “Os corsários americanos capturaram cerca de 600 navios mercantes britânicos e alguns navios de guerra”. (BRUNSMANN, 2018, p. 12) Ou seja, tal qual a França, os Estados Unidos já tinham familiaridade com a prática do corso, quando ocorreram os conflitos do século XIX.

“Assim que os Estados Unidos declararam guerra à Grã-Bretanha, proprietários de navios, comerciantes e investidores marítimos de ambos os lados correram para converter navios existentes, construir novos ou recomissionar navios inimigos capturados, como corsários”. (KERT, 2021, p. 58) Cidades como Baltimore, New Orleans e Galvestone converteram-se em grandes polos de fabricação, armação e despacho de corsários durante este período. (HEAD, 2015) Para além disso, tal qual os franceses, os estadunidenses atuaram fortemente dentro do cenário de guerras independentistas hispano-

americanas, utilizando-se das frotas já existentes e das tripulações ociosas para tal. (SARTORETTO, 2022)

Em se tratando dos corsários empregados nas guerras de independência hispano-americanas, “o corso hispano-americano tem dois períodos bem definidos: o das primeiras repúblicas (1810-1815) [...] e o das guerras de independência e consolidação dos novos estados. (1816-1827)” (VIDALES, 1990, p. 251) Podemos situar a frase de Vidales no contexto histórico, entendendo o primeiro período como parte dos conflitos napoleônicos, quando os *criollos* buscavam a manutenção da soberania de suas províncias e *pueblos*, bem como de suas liberdades comerciais, enquanto juravam lealdade a Fernando VII, o rei caído; e o segundo período como parte dos conflitos Hispano-Americanos, ou seja, uma vez restituídos os poderes de Fernando, em 1814, os *criollos* lutavam por sua independência, utilizando os corsários para fazer frente aos navios mercantes da metrópole e à marinha espanhola.

Em sua tese de doutorado, o historiador espanhol Feliciano Gámez Duarte definiu a atividade corsária da seguinte forma: “El corso era la manera de hacer la guerra en el mar propia de los Estados que carecían de una marina de guerra”. (DUARTE, 2004. p. 151) A colocação do autor aponta para algumas particularidades do uso do corso durante o período independentista hispano-americano que corroboram com a ideia exposta acima. Isso porque, ao longo de todo o período, mas principalmente durante o segundo momento apontado por Carlos Vidales, temos de um lado, os insurgentes que se utilizavam de corsários como força de guerra, a fim de conquistar espaço, difundir ideias e promover a

manutenção da soberania política e comercial de suas Juntas Governativas, diante do cenário internacional, cada vez mais complexo; e, de outro, os monarquistas que empregavam o corso como um reforço para os enfraquecidos órgãos de guerra da Coroa Espanhola, principalmente a Marinha, de modo a oferecer uma resposta às ofensivas inimigas. (BENTON, 2012; DUARTE; 2004. p. 43; idem, 2001)

Comentando sobre a atividade predatória desempenhada pelos corsários independentistas, o historiador Feliciano Gámes Duarte aponta que

> O corso forma parte inevitável do conflito mantido pelas colônias contra a metrópole e não podemos compreender a magnitude dos êxitos obtidos pelos insurgentes em seus enfrentamentos terrestres contra as tropas realistas se não estudamos, ao mesmo tempo, as campanhas levadas a cabo pelos corsários hispano-americanos. Os movimentos das tropas em terra dependeram, em boa medida, das ações destes. Com sua presença ante Cádiz, dificultaram a saída dos comboios carregados com armas, apetrechos e, inclusive, tropas. Obrigaram a destinar ao Golfo de Cádiz, ao Cantábrico e, inclusive, ao Mediterrâneo unidades da marinha de guerra, cuja presença era imprescindível nas águas americanas, as quais deveriam ter efetuado, naquele continente, trabalhos de apoio às tropas de terra e de combate às unidades navais e corsárias que atuavam naquela área. (DUARTE, 2004, p. 17-18)

Podemos compreender, a partir disso, que a atividade corsária foi muito importante para o desempenho positivo das ações e revoltas independentistas. A estratégia utilizada para o seu emprego também deve ser considerada, visto o modo como organizavam-se de modo a oferecer resistência e/ou ameaça provocava uma ação de contenção, por parte dos realistas, ao mesmo tempo que desmobilizava suas forças em frentes mais importantes, ou decisivas.

Já sobre os próprios corsários, Duarte argumenta que

> Os corsários insurgentes atuavam como posto avançado, observadores e, inclusive, espias, obtinham informação que transferiam com toda pontualidade às autoridades independentistas, um dos principais objetivos destes corsários, cada vez que capturavam uma embarcação, era a correspondência já que dela poderiam obter informação de todo o tipo [...] as ações destes corsários acabariam por aumentar a confusão provada pelos conflitos anteriores na marinha de guerra espanhola. (DUARTE, 2004, p. 18)

Se dividirmos essa colocação em dois momentos, observamos, como já posto, que o segundo momento reforça a primeira argumentação do autor, sobre a importância do corso como tática de guerra; todavia, quando olhamos para o primeiro momento, observamos uma gama de papeis desempenhados por esses atores: posto avançado, observadores, espiões, interceptadores de correspondência, entre outros.

Mas em que isso os difere de outros corsários, de épocas e governos distintos? Ao analisar o caso dos corsários artiguistas, Lauren Benton aponta para o fato de que visto que apesar de, inicialmente, não se caracterizar como um Estado organizado, reconhecido externamente, a Banda Oriental conseguiu galgar espaço junto aos demais governos insurgentes do período, graças à atuação de corsários. (BENTON, 2012) Assim, podemos concluir que, diferente de outros casos do século XIX, já citados aqui, o corso insurgente e seus corsários atuavam em prol de governos em construção, sem limites definidos, nem reconhecimento exterior; e atuavam em tantas frentes que acabavam misturando-se aos movimentos que representavam, quase como se fossem força militar oficial em busca de poder[14].

Para finalizarmos, vale destacar que a organização dos corsários insurgentes também se distinguia da organização dos demais grupos predatórios marítimos, das épocas passadas. Estruturado a partir de uma mistura do que os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker chamam de Estado Marítimo e o que Richard Braitwaite nomeou Hidrarquia, o corso do século XIX possui um caráter empresarial, uma vez que concentra uma configuração bastante complexa que atribui à

---

[14] Algumas ressalvas devem ser feitas para que não aparente que havia uma adesão puramente ideológica: os corsários que se juntavam às causas independentistas, majoritariamente, o faziam em busca de retorno financeiro e por esse motivo, outra característica importante do corso insurgente é a rotatividade de bandeiras. Embora não fosse uma prática bem quista, um corsário obtinha e utilizava várias bandeiras durante sua atuação, variando conforme a situação lhe pedisse ou permitisse, sempre sob pena de serem pegos.

atividade predatória um caráter empreendedor e comercial. (DUARTE, 2004; SARTORETTO, 2022)

Sua organização obedecia a uma hierarquia de poder dentro e fora das naves, mas ao contrário do exemplo estudado por Rediker e Linebaugh, trazia uma liberdade maior de manifestação dos interesses individuais de cada grupo/pessoa. Essa liberdade é manifestada tanto no financiamento das naves e das expedições, uma vez que não raramente este apresenta o fator das redes de contatos como chave para o sucesso dos empreendimentos, quanto no firmamento contratual entre armadores, capitães, oficiais e tripulação, como visto nas alterações realizadas no documento do decreto para o corso, expedido em 1817. Dentro dessa hierarquia, ficou clara a distinção entre as classes. Marinheiros são diferentes de oficiais, tanto em número, quanto em tratamento recebido, e provavelmente pelo primeiro motivo elencado, como pudemos ver, as relações eram mantidas a pulso firme e leis severas com punições variáveis que incluíam desde a prisão até a pena capital; todavia, a existência de acordos, legislações, ou mesmo punições, não garantiam a completa pacificação das tripulações. (SARTORETTO, 2022)

Portanto, os corsários do final do século XVIII e início do século XIX não se distanciam muito de seus semelhantes das eras passadas, quando pensamos o modus operandi desse grupo. Todavia, estruturalmente, apresentam-se muito mais como uma empresa construída em torno do ambiente belicoso, do que como as iniciativas privadas do século XVII. E embora tenham algum vínculo com os governos, tal qual seus equivalentes do século XVI, sua organização

hierarquizada e bem dividida entre financiadores, armadores, oficiais e tripulação denota uma tendência do período no qual o capitalismo se erguia aos poucos como sistema econômico vigente.

Considerações finais

Como indicamos ao longo do texto, a predação marítima é um campo de estudos bastante prolífico e permite abordagens variadas. Demonstramos como a análise desse fenômeno histórico permite lançar luzes sobre o processo de formação dos impérios coloniais durante a primeira modernidade, além de permitir refletir sobre a participação de grupos sociais subalternos nesse processo.

Nossa exposição mostrou como as representações culturais e literárias acerca da pirataria moldaram o imaginário e a percepção do passado e desses sujeitos históricos, e ainda nos permite compreender como as relações de gênero no universo da pirataria ecoavam masculinidades muito semelhantes ao que se verificava em outros espaços. Por fim, indicamos como as guerras e revoluções do século XVIII e XIX utilizaram do corso como elemento central nas disputas de poder, e nesse sentido a organização da logística das operações passou por transformações que envolviam vários atores sociais como agentes estatais, comerciantes, armadores e tripulações.

Esse tipo de estudo demanda um recorte temporal e cronológico alargado e que não esteja preso às amarras das histórias nacionais. Nesse sentido, abordagens de

história atlântica e global permitem compreender essas dinâmicas de modo mais apurado, uma vez que não ficavam circunscritas a uma região territorial específica, e se conectam a processos históricos de outros impérios coloniais. (COAKLEY; KWAN; WILSON, 2020 p. 656–665; LANE, 2016; SORDO, 2021)

Por fim, esperamos que a reflexão apresentada aponte caminhos e possibilidades de repensar a história a partir das dinâmicas que permeavam a predação marítima. Acreditamos que é preciso recuperar a provocação de Marcus Rediker, acerca da necessidade dos historiadores considerarem os espaços marítimos também como espaços históricos. Portanto, reforçamos o convite para questionar o que o autor denomina como "inclinação terracêntrica" dos estudos históricos, isto é, a tendência pela qual "os historiadores têm negligenciado as fontes marítimas, embora processos históricos de grande escala, como a formação da classe, raça e cultura, tenham acontecido nos conveses dos veleiros de alto mar". (REDIKER, 2022, p. 3) Estudar a predação marítima é uma janela para repensar a história da idade moderna por uma perspectiva renovada, não terracêntrica e que favoreça a apreensão de dinâmicas de circulação, conexão e integração entre territórios e suas populações.

Referências

ALMEIDA, C. M. C. (Org.). **Diálogos com o império:** câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

AMIRELL, S. E.; MÜLLER, L. (Eds.) **Persistent piracy:** maritime violence and state formation in global historical perspective. Basingstoke New York: Palgrave Macmillan, 2014.

ANTUNES, C.; MÜNCH, S. M.; SALVADO, J. P. **The Resources of Others:** Dutch Exploitation of European Expansion and Empires, 1570-1800. Tijdschrift voor Geschiedenis, v. 131, n. 3, p. 501–521, 2018.

ARAÚJO, H. A. F. F. "Os corsários continuam a correr estas costas": expedições navais e defesa costeira no Estado do Brasil (1655-1704). In: FERNANDES, V. L.; DIAS, T. A. (Orgs.) **Os portos no contexto dos impérios coloniais na época moderna**. (No prelo A)

ARAÚJO, H. A. F. F. **A construção da governabilidade no Estado do Brasil:** perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682). 349 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6923498>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ARAÚJO, H. A. F. F. Expedições guarda-costas e armadilhas: transcrição crítica de três regimentos para o combate aos corsários neerlandeses na costa de Pernambuco (1656 e 1661). **Revista de Fontes**. (No prelo B)

ARAÚJO, H. A. F. F. Indígenas das capitanias do Norte e suas relações interculturais com a predação marítima (c.1654-c. 1688). **Anais do IX Encontro Internacional de História Colonial**. (No prelo C)

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica:** teoria e método. São Paulo: Edusc, 2006.

BAEHLER, Antoine. **Du "gueux de mer" à "l'ange noir de l'utopie" :** le flibustier exquemelien comme figure de l'ambivalence. 2018. Dissertação (Mestrado em literatura francesa) – Institut de littérature française, faculté des lettres et sciences humaines. Université de Neuchâtel, Neuchâtel, 2018.

BAJATTA, Andrés Ulpiano Alba. **El Pirata Imaginario:** Charles Johnson Y La Representación Histórica De La Piratería. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Investigación y Docencia Económicas – CIDE. Cidade do México, 2018.

BENTON, L. A. Sovereignty at Sea: Jurisdiction, Piracy, and the Origins of Ocean Regionalism. In: BENTON, L. A. **A search for sovereignty:** law and geography in European Empires, 1400-1900. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.

BENTON, Lauren. Strange Sovereingty. **20/10 El mundo atlántico y la modernidad Iberoamericana, 1750 – 1850**. n. 1, ed. 1. Noviembre. 2012.

BETHELL, Leslie (Org) **História da América Latina**. Vols 1 & 2 “America Latina Colonial”. São Paulo: EDUSP, 1999.

BIALUSCHEWSKI, A. **Raiders and natives:** cross-cultural relations in the age of buccaneers. Athens: The University of Georgia Press, 2022.

BLAKEMORE, R. Sailors as traders: Early modern seafarers in commodity chains, commercial practices and empire. In: GUPTA, D.; HOSSAIN, P. (Orgs.) **Across colonial lines:** commodities, networks and empire building. London: Bloomsbury Academic, 2023.

BRUNSMANN, Denver. Piratas vs. bandos de recrutamento: a batalha pelo Atlântico. Trad. Marcos Sorrilha Pinheiro. **Revista História**, São Paulo, v. 38, p. 01-16, 2018.

CARDOSO, Alirio.“Un Piccolo Pataccio al Rio Dell’Amazzoni”: Pirataria Europeia e Projetos Italianos na Amazônia na Época da Monarquia Hispânica. **Revista História**, São Paulo, n. 170, p. 175-199, jan.-jun., 2014.

CASTILLO-GÓMEZ, Antonio. Ler na rua. Versos, Avisos e Panfletos. In. CASTILLO-GÓMEZ, Antonio. **Livros e leituras na Espanha do século de ouro.** Cotia: Ateliê Editorial, 2014. P. 154.

Charles JOHNSON. **A General History of the Pyrates**. Edição: Manuel Schonhorn. Nova York: Dover Publications, 1999.

COAKLEY, J.; KWAN, C. N.; WILSON, D. Introduction: Piracy and occasional state power. **International Journal of Maritime History**, v. 32, n. 3, p. 656–665, 2020.

COSTA, Nicássio Martins da. **Navegando em águas perigosas:** A abordagem literária e a construção de estereótipos dos piratas caribenhos do Setecentos. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2016.

CURVELO, A. **Governar Pernambuco e as "capitanias anexas":** o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c. 1654-c. 1756). 2019. 465 f. Tese (Doutorado em História) – Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019.

DAWSON, Kevin, Enslaved Swimmers and Divers in the Atlantic World. **Journal of American History**, v. 92, n. 4, p. 1327–1355, 2006.

DUARTE, Feliciano Gámez. El desafio insurgente. Análisis del corso hispano-americano desde la perspectiva peninsular: 1812 – 1828. 2004. 632 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de La Rioja, Logroño, 2004.

DUARTE, Feliciano Gámez. **Luchar contra el mar. Edificar en el viento.** La Compañía gaditana Viniegra, 1797-1829. Cádiz: Fundación de Cultura del Ayuntamento de Cádiz, 2001.

DUFFY, E. M.; METCALF, A. C. **The Return of Hans Staden:** A Go-between in the Atlantic World. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2012.

EXQUEMELIN, Alexander Oliver. **Piratas de la America:** y luz à la defensa de las costas de Indias Occidentales. 1681. John Carter Brown Library. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:580028/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. (Orgs). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico:** comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. 1a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAFESTEIN, Joana Von Gareis; MUÑOZ, Laura; NELKEN, Antoine. De las Antillas al Gran Caribe. In: GRAFESTEIN, Joana Von Gareis; MUÑOZ, Laura; NELKEN, Antoine (Org.). **Un mar de encuentros y confrontaciones:** el golfo-Caribe en la historia nacional. 1ª ed. México: Secretaria de Relaciones Exteriores, 2006, P. 197-233.

GRAFESTEIN, Joana Von Gareis; MUÑOZ, Laura; NELKEN, Antoine. La frontera de México en el Golfo-Caribe durante la época virreinal. In: GRAFESTEIN, Joana Von Gareis; MUÑOZ, Laura; NELKEN, Antoine (Org.). **Un mar de encuentros y confrontaciones:** el golfo-Caribe en la historia nacional. 1ª ed. México: Secretaria de Relaciones Exteriores, 2006, P. 67-99.

HANNA, M. G. **Pirate nests and the rise of the British Empire, 1570-1740**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

HEAD, David. **Privateers of the Americas:** Spanish American Privateering from the United States in the Early Repúblic. Athens: University of Georgia Press, 2015.

JOWITT, Claire, 'Parrots and Pieces of Eight': Recent Trends in Pirate Studies. **Literature Compass**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2004.

KEMPE, M. "Even in the remotest corners of the world": globalized piracy and international law, 1500–1900". **Journal of Global History**, v. 5, n. 3, p. 353–372, 2010.

KERT, Faye M. 'True, Publick and Notorious': The Privateering War of 1812. **London Journal of Canadian Studies**, v. 28 n. 1, p. 53–67, 2021.

LANE, K. E., **Pillaging the empire:** global piracy on the high seas, 1500-1750, 2. ed. New York: Routledge, 2016.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

METCALF, A. C. **Go-Betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600**. Austin: University of Texas Press, 2005.

OULLET, Réal. Lahontan et Exquemelin : deux exemples de dérive textuelle (XVII - XVIII siècles). **Tangence**, V. 74, P. 45–57, 2004. Disponível em: <

Lahontan et Exquemelin : deux exemples de dérive … – Tangence – Érudit (erudit.org)>. Acesso em: 29 set. 2021.

PAQUETTE, G. **The European seaborne empires:** from the thirty years' war to the age of revolutions. New Haven, CT: Yale University Press, 2019;

PÉREZ, Milton Zambrano. Piratas, piratería y comercio ilícito en el Caribe. La visión del otro (1550-1650). **Historia Caribe**, Colombia, p. 23-56, 2007. Disponível em <Historia Caribe. 2007 - Dialnet (unirioja.es)>. Acesso em 25 out. 2021.

POLÓNIA, A. Portuguese Seafarers: Informal Agents of Empire-Building. In: FUSARO, M.; ALLAIRE, B.; BLAKEMORE, R.; VANNESTE, T. (Eds). **Law, labour, and empire:** comparative perspectives on seafarers, c. 1500-1800. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

POLÓNIA, A.; ANTUNES, C. **Mechanisms of global empire building**. Porto: Afrontamento, 2017.

POLÓNIA, A.; BARROS, A. Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII). In: ALMEIDA, S. C. C.; SILVA, G. C. M.; SILVA, K. V.; SOUZA, G. F. (Orgs.). **Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

PRADO, F. **Edge of Empire:** Atlantic networks and revolution in Bourbon Río de la Plata. Oakland: University of California Press, 2015.

QUEIROZ, C. Como se fabrica um homem do mar? Considerações sobre as masculinidades no meio homossocial da pirataria moderna (séculos XVII e XVIII). **Veredas da História**, Salvador, vol 15, n. 2, p. 9-30, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/52582. Acesso em 12 dez 2023.

QUEIROZ, C. **El primero que mostrar temor, ó escrupulo, le daré un pistoletazo":** organização, hidrarquia e violência na pirataria no Atlântico Norte na segunda metade do século XVII. 2021. Monografia (Graduação em História-licenciatura) – Departamento de História. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

REDIKER, M. Reflections on History from Below, Trashumante. **Revista Americana de Historia Social**, n. 20, p. 296–299, 2022.

REDIKER, M. Escapando da escravidão pelo mar na véspera da Guerra Civil Americana: uma história do trabalho, **Revista Mundos do Trabalho**, v. 14, p. 1–18, 2022.

ROCHA, G. A. **Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Nwe York University. New York, 2016.

RODRÍGUEZ TREVIÑO, Julio César. La red del corsario francés Juan Chevallier y sus presas angloamericanas en el Caribe durante las Guerras Navales (1796-1808). **América Latina en la Historia Económica**. v. 22, n. 1, p. 115 – 149, jan./abr. 2015.

SARTORETTO, Eduardo. **“Para donde quiera que fuese, será buena presa”:** uma análise da atuação e das relações dos corsários insurgentes de Buenos Aires, no início do século XIX. 2022. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2022.

SARTORETTO, Eduardo. Os caminhos fluidos do corso insurgente: uma análise da atuação dos corsários do Prata revolucionário do século XIX. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 24-44. 2022.

SARTORETTO, Eduardo. **“Tengo el honor de ser el más obediente y humilde servidor de Vuestra Excelencia”:** uma análise das movimentações e práticas de corso e pirataria na Região do Rio da Prata (1810 – 1822). 2017. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

SECRETO, Maria Verónica. Territorialidades fluidas: corsários franceses e tráfico negreiro no Rio da Prata (1796-1799). Tensões locais-tensões globais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 419 – 443, jul./dez. 2016.

SORDO, V. M. Imperios de corsarios y piratas: visiones globales de violencia marítima, comunidades políticas y expansión de poder. **Revista Universitaria de Historia Militar**, v. 10, n. 20, p. 11–17, 2021.